

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA MARA MIRELLE SOARES DE OLIVEIRA VALERIANO DA COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA.

Referente ao Pregão Eletrônico 066/2023 Processo Administrativo nº 28651/2023

A empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ nº 07.695.807/0001-35 estabelecida na Rua Sebastião Ramos, 40, São Cristóvão. Cep: 57.601-200, Palmeira dos Índios – AL, neste ato representado pelo sócio proprietário sr. Jailso Vieira da Silva, brasileiro, casado, portador do CPF nº 815.290.824- 04, com fulcro nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2.355/2013, Decreto Municipal nº 2.693/2021, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas aplicáveis à espécie, em especial na alínea "a", do inciso I, do artigo 109 da lei 8666/1993, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio deste, interpor o presente, tempestivamente,

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra as decisões administrativas, consignadas nos atos dos Lotes 5, 9, 10, 11, 19, 22, 23 e 24, que inabilitaram a Recorrente, o que se faz pelos fatos e motivos abaixo elencados.

1) DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

A presente peça impugnatória é plenamente tempestiva, uma vez que apresentada no prazo legal de três dias úteis contado a partir da data de ciência da decisão, conforme preconiza o artigo 30, do Decreto nº 8241/2014 e também o item 21. do Edital em epígrafe.

Portanto, requer seja acolhida e apreciada, por estarem presentes os seus pressupostos de admissibilidade.

2) CONTEXTO FÁTICO-PROCESSUAL LICITATÓRIO

Trata-se de licitação realizada pela Prefeitura Municipal de Arapiraca/AL, voltada à contratação de empresa locação de veículos com motoristas devidamente habilitados, para realização de serviços inerentes aos diversos Órgãos/Secretarias.

A Recorrente sagrou-se 1ª classificada na proposta de preço dos lotes 5, 9, 10, 11, 19, 22, 23 e 24, conforme comprova o sistema.

A Comissão de Licitação, inabilitou sob o argumento de que a Recorrente não cumpriu o disposto na cláusula editalícia 20.6. Confira-se:

“a empresa não possui em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação.”

A motivação administrativa externada para a inabilitação da Recorrente é totalmente abstrata, não havendo explicitação fática e jurídica das razões pelas quais o CNAE, não é compatível com o objeto licitado.

Ademais, observa-se que a Administração Contratante sequer promoveu a análise do atestado de capacidade técnica que comprova a atuação empresarial da Recorrente nessa atividade econômica, sendo-lhe vedado fazer nesta instância recursal para fins de inabilitação, sob pena de supressão de fase recursal e incorrência em violação do princípio da vedação da reformatio in pejus.

Conforme se passa expor e comprovar, a motivação administrativa para a inabilitação é nula de pleno direito, seja por ausência de amparo legal para exigência de identidade entre objeto social e objeto licitado, seja em razão da não veracidade dos fatos que invoca e nos quais se embasa.

3) DAS RAZÕES RECURSAIS:

O processo seletivo de seleção de fornecedores em questão contém vícios passíveis de ensejar a nulidade do certame e cercear a Administração licitante da escolha da proposta mais vantajosa, pelo que, à luz do sumulado poder de autotutela administrativa, impetra-se o acolhimento das razões abaixo lançadas, pelos seus legítimos e jurídicos fundamentos.

3.1) DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL E EDITALÍCIA DO "PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE DA PERSONALIDADE JURÍDICA". Incidência do Princípio da Legalidade e da Livre Iniciativa. Ofensa ao artigo 37 da CRFB e do artigo 2º da Lei 9784/99.

Conforme relatado, a Recorrente restou inabilitada, porque o CNAE descrito no seu ato constitutivo não contempla especificamente o objeto da licitação.

Ocorre que não há qualquer previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro de que o registro de específico CNAE seja condição/requisito de habilitação licitatória.

Nem mesmo o edital ora sob exame traz tal previsão e, à luz do princípio da legalidade, como ato administrativo que o é, nem poderia trazer.

O edital limita-se a exigir que a licitante, em sua cláusula 19.12.1, a prova de inscrição no Cadastro Nacional de

Pessoas Jurídicas – CNPJ, como prova de regularidade fiscal e, em sua cláusula 20.6 "d", Não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;

Anote-se, por que de extrema relevância que a cláusula 20.6 "d" fala em "compatibilidade" do objeto social com o objeto licitatório em não em "identidade", "especialidade/especialização". Nesse ponto, anda bem o edital, não merecendo interpretação extensiva que restrinja a concorrência empresarial licitatória, pois não há previsão em nosso ordenamento jurídico do princípio da especialidade da personalidade jurídica, bastando para o credenciamento/habilitação jurídica apenas o preenchimento dos requisitos do artigo 28, da Lei 8.666/1993.

Não há, pois, obrigatoriedade de que conste no contrato social das empresas licitantes o expresso objeto da licitação, pois, caso houvesse, eivaria o processo licitatório de vício de ilegalidade, pela contradição o que dispõe os art. 22, § 9º, e 30, II, da Lei nº 8.666/93, haja vista que esta exige somente a compatibilidade com o objeto da licitação.

Este artigo é categórico acerca da documentação para a habilitação, não comportando interpretação extensiva, principalmente, se voltada a restringir a participação do maior número possível de concorrentes.

Nesta perspectiva, leciona Marçal Justen Filho:

"No Direito Brasileiro, não vigora

o chamado "princípio da especialidade" da personalidade jurídica das pessoas jurídicas. Esse princípio restringe a possibilidade jurídica da atuação das pessoas jurídicas aos limites do seu objeto social.

(...)

Portanto, o problema do objeto social compatível com a natureza da atividade prevista no contrato se relaciona com qualificação técnica. Se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão dessa mesma atividade em seu objeto social não poderia ser empecilho a sua habilitação. Impedimento existiria apenas quando uma lei específica exigisse que o desempenho de atividade determinada fosse privativo de alguma categoria de sociedade. Por exemplo, atividade advocatícia é privativa de advogados inscritos na OAB." (ob. cit. 410-411).

O C. STJ, inclusive, já consolidou entendimento acerca dessa matéria, esclarecendo que "as regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa".

Mesmo entendimento é compartilhado pelos Tribunais pátrios, pelo TCU e pelo TCEMT, conforme se colhe de trechos dos julgados abaixo colacionados:

Enunciado: Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não é razoável exigir que ela detalhe o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal.

(TCU. Acórdão 466/2014 - Primeira Câmara - Relator: Ministro Benjamin Zymler)

O cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação da empresa, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame (...). É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro. Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante."

(Acórdão n.º 1203/2011-Plenário, TC- 010.459/2008-9, rel. Min. José Múcio Monteiro, 11.05.2011).

(...)

Quanto à classificação de atividade econômica – CNAE necessária para a participação do certame, necessário inicialmente fazer algumas considerações.

O CNAE é um instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

Ao analisar a definição do CNAE, constata-se que nada mais é do que um método utilizado pela Receita Federal do Brasil para padronizar os códigos de atividade econômica no país, com a finalidade de melhor administrar as questões tributárias, nada tendo a ver com o objeto social da empresa.

Assim, exigir que a empresa tenha um código CNAE específico é limitar, injustificadamente, o caráter competitivo da licitação, impondo à Administração Pública um preço mais elevado na pactuação.

(TCEMT. Julgamento Singular nº 464/LHL/2019. Processo Nº: 11.303- 4/2019. Relator Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima).

(...) a Administração deve fazer exigências na habilitação do licitante para preservar o interesse público, entretanto, não deve ultrapassar as barreiras do necessário, sob pena de comprometer a competição.

Desse modo, vele ressaltar que o pregoeiro não poderia afirmar a capacidade da representante para desempenhar o objeto licitado, por meio da análise do objeto social da empresa.

A capacidade deve ser aferida na análise dos documentos de habilitação da capacitação técnica, seguindo o disposto no artigo 30, da Lei 8.666/1993.

Analisando as normas vigentes, verifico que não há na Lei de Licitações e nem no ordenamento jurídico do Brasil a exigência de que o objeto social da empresa contemple exatamente ao que está sendo pretendido pela Administração.

A única exigência é que a empresa demonstre estar devidamente cadastrada na esfera pertinente, com seus atos constitutivos registrados, que é a habilitação jurídica, o que não se confunde com a capacitação técnica.

Sem dúvida alguma é ilegal o impedimento à participação de licitantes com base apenas em divergência entre as atividades descritas em seu Contrato Social, ou mesmo no seu Cadastro junto a Receita Federal, com o objeto da licitação.

(TCEMT. Julgamento Singular nº 042/JJM/2020. Processo: 28.231- 6/2019. Conselheira Substituta Jaqueline Jacobsen Marques).

Diante do exposto, pugna-se pela reforma da decisão recorrida, com a consequente habilitação licitatória da Recorrente e subsequente adjudicação dos lotes a ela.

4) CONCLUSÃO E PEDIDOS

Forte nas razões expostas, conclui-se de forma inarredável e incontestada que a desclassificação da proposta da Recorrente e a inabilidade dela consubstancia ato ilegal e desarrazoado.

Diante do exposto, requer-se que Vossa Excelência, digne-se a:

- 4.1) RECEBER e determinar o regular processamento deste Recurso Administrativo, atribuindo-lhe efeito suspensivo;
- 4.2) DETERMINAR a regular instrução do feito, com garantia do contraditório e da ampla defesa das demais concorrentes interessadas;
- 4.3) NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO ao presente Recurso, mediante manifestação motivada e fundamentada, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se retratando e modificando a decisão recorrida, para o fim de abster-se de inabilitar juridicamente a Recorrente em razão do seu CNAE e, assim, habilitar a Recorrente, adjudicando os lotes 003 a 010 a ela;
- 4.4) ALTERNATIVAMENTE, caso mantida a decisão, remeter os autos à autoridade competente para a homologação da licitação, a quem caberá manter ou reformar a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o fim do prazo do Pregoeiro.

São estes os termos em que pede e aguarda deferimento.

Palmeira dos Índios – AL, 31 de Janeiro de 2024

Jailso Vieira da Silva CPF: 815.290.824-04
Próprietário

Voltar